

William Warde Fowler

A watercolor illustration in shades of brown and tan, depicting a man's head and neck. The man has a full beard and is looking upwards and to the left. The style is soft and painterly, with visible brushstrokes and blending of colors. The background of the entire page is a textured, light brown paper.

O SIGNIFICADO  
ORIGINAL DA  
PALAVRA  
**SACER**

William Warde Fowler

O SIGNIFICADO  
ORIGINAL DA  
PALAVRA

**SACER**

**WILLIAM WARDE FOWLER**

(1847 – 1921)

Historiador e ornitólogo inglês, conhecido por seus trabalhos sobre a religião romana antiga.

**O SIGNIFICADO ORIGINAL DA PALAVRA SACER**

Tradução de Arthur Beltrão Telló  
e Leandro Ayres França



**Título original:**  
*The original meaning of the word Sacer*



CC BY-NC-ND 4.0

O significado original da palavra *Sacer*, de William Warde Fowler, está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional. Você está livre para copiar e distribuir o material em qualquer meio ou formato, desde que forneça a referência apropriada, não use o material com propósito comercial, nem distribua o material se acaso ele for modificado.

**Editor da Coleção Café e Fúria**  
Leandro Ayres França

**Diagramação e Revisão**  
Caroline Joanello

**Capa**  
Marcel Trindade

Tradução de FOWLER, William Warde. **The original meaning of the word sacer.** In: Idem. *Roman essays and interpretations.* Oxford: Clarendon Press, 1920. p. 15-24.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

F785 Fowler, William Warde.

O significado original da palavra *Sacer* / William Warde Fowler; tradução Leandro Ayres França e Arthur Beltrão Telló. – Porto Alegre : Leandro Ayres França / Café e Fúria, 2017.

18 p.

ISBN 978-85-913814-4-9

1. História. 3. Homo Sacer. 4. Significado. I. Fowler, William Warde. II. Título.

CDD 210

# APRESENTAÇÃO

O *homo sacer* constituía-se por dois traços característicos – e só aparentemente contraditórios: a impunidade de sua morte e o veto de ser sacrificado. Essa arcaica e enigmática figura romana foi retomada nos estudos de Giorgio Agamben (*Homo sacer – o poder soberano e a vida nua I*, 2002) e, desde então, tornou-se um paradigma nas investigações sobre a condição humana. Autores como Judith Butler (*Antigone's Claim*, 2000), Slavoj Žižek (*Bem-vindo ao deserto do real!*, 2003) e Zygmunt Bauman (*Vidas desperdiçadas*, 2005) já fizeram empréstimo do modelo. E incontáveis trabalhos acadêmicos, nos mais diversos matizes de autenticidade e qualidade, têm feito referência a ele. Este ensaio, escrito pelo historiador inglês William Warde Fowler (1847-1921) foi utilizado por Agamben na reconstrução histórica do arquétipo do *homo sacer*. Por essa razão, e por sua preciosa qualidade, os tradutores resolveram disponibilizá-lo em português. Na tradução, foram excluídas as notas de rodapé remissivas de Fowler; foram incluídas notas tradutoras dos textos latinos e identificadoras dos nomes citados.

## O SIGNIFICADO ORIGINAL DA PALAVRA SACER

Na lei religiosa romana, a palavra *sacer* indicava que o objeto ao qual era aplicada pertencia a uma divindade, tirada da região do *profanum* pela ação do Estado e passada àquela do *sacrum*. Nós temos um relato exato disso que pode ser rastreado, por Verrius Flaccus<sup>1</sup>, a um estudioso aparentemente da época de Cícero<sup>2</sup>, Aelius Gallus<sup>3</sup>. “*Gallus Aelius ait sacrum esse quodcunque more atque instituto civitatis consecratum sit, sive aedis sive ara sive signum sive locus sive pecunia sive quid aliud quod dis dedicatum atque consecratum sit: quod autem privati suae religionis causa aliquid earum rerum deo dedicent, id pontifices Romanos non existimare sacrum.*”<sup>4</sup> Essa passagem bastante explícita deixa claro que o Estado, por meio de suas autoridades religiosas, havia se apropriado da palavra e a ajustado a um significado definido, em algum período em que já havia templos nos quais divindades podiam habitar e desfrutar a posse de sua própria propriedade, transferidas a elas pelo Estado, para homenageá-las e apaziguá-las.

Essa ideia altamente desenvolvida de divindades residindo em lugares fixos na cidade e possuindo propriedade, porém, é algo comparativamente tardio em Roma. O documento mais antigo do *ius divinum*, o assim chamado calendário de Numa<sup>5</sup>, pode ser situado no período régio,

entre a inclusão do [monte] Quirinal à cidade das quatro regiões e a construção do templo de Diana no [monte] Aventino; e esse templo de Diana e aquele da tríade Capitolina que pertence ao mesmo período são os dois primeiros templos, no sentido próprio da palavra, e os mais antigos nos quais se sabe que qualquer tipo de estátua tenha sido colocada. Antes disso, o *fanum*<sup>6</sup> era um pequeno recinto aberto, com um *ara*<sup>7</sup> rudimentar, provavelmente de relva e nada mais. A palavra sacer deve ter desenvolvido seu posterior significado técnico durante e depois desse período. É possível descobrir, com qualquer aproximação à certeza, que significado ela tinha em períodos ainda mais antigos? Nós certamente poderíamos procurar um significado do mesmo tipo genérico, mas menos acuradamente definido e, por assim dizer, menos teológico. Pois, até que divindades ou espíritos venham a ser localizados em locais particulares e a ter sacerdotes especiais vinculados a eles, o vocabulário da adoração deve ser necessariamente menos claramente talhado do que em um período quando aquela adoração estava se tornando a parte mais importante da “cura”<sup>8</sup> do Estado.

Talvez, esse significado mais antigo de *sacer* esteja indicado em uma curiosa passagem de Macrobius<sup>9</sup>, que a escreveu com um livro diante de si, *De religionibus*, de Trebatius Testa<sup>10</sup>, o amigo de Cícero. “*Hoc loco non alienum videtur de condicione eorum hominum referre quos leges sacros esse certis dis iubent, quia non ignoro quibusdam mirum videri quod, cum cetera sacra violari nefas sit, hominem sacrum ius fuerit occidi.*”<sup>11</sup> A explicação que segue não tem valor para nós; mas o fato de alguns romanos estarem confusos com a impunidade do assassino

do *sacer homo* é algo do máximo interesse. Eles estavam confusos porque sempre haviam entendido a palavra *sacer* no sentido definido por Aelius Gallus. Uma coisa que era *sacrum* era conhecida por todos como a propriedade de uma divindade, e violá-la era *nefas*, um crime fatal. Todavia, aqui estava um objeto designado por esse adjetivo solene, *homo sacer*, que poderia ser violado sem qualquer *nefas*: um homem que qualquer um poderia assassinar com impunidade.

Evidentemente, *sacer* foi usado aqui em um sentido excepcional e, certamente, em um sentido muito antigo; pois ninguém negará que o *homo sacer* é a sobrevivência, em uma época primitiva, de uma lei civil e religiosa altamente desenvolvida. *Sacer esto* é, de fato, uma maldição; e o *homo sacer* sobre quem recai essa maldição é um proscrito, um homem banido, tabuizado, perigoso. Podemos compará-lo com o proscrito semítico primitivo descrito por Robertson Smith, em um apêndice ao seu *Religion of the Semites*. Ele tem demonstrado que a coisa “sagrada” não é, originalmente, algo tornado a propriedade de um deus, mas algo simplesmente tabuizado por razão qualquer, sem referência a deuses ou espíritos. Então, ele continua: “Intimamente aliado a essa maldição é o banimento pelo qual pecadores ou inimigos ímpios (...) eram devotados. O banimento é uma forma de devoção a uma divindade, e banir é, por vezes, transcrito como ‘consagrar’ no A.T.<sup>12</sup>” Assim, também o *homo sacer*, podemos supor, era amaldiçoado e consagrado ao mesmo tempo. Ele é, portanto, *sacer*, não no sentido apropriado pelos legisladores do *ius divinum*, de coisas transferidas a uma divindade a fim de satisfazê-la ou glorificá-la, mas



no sentido mais primitivo de “amaldiçoado e deixado a uma divindade para se vingar, se ela assim ficar satisfeita”. E, como ele não era – em qualquer sentido verdadeiro – a propriedade do deus, ou valorizado por este como tal, como objetos considerados *sacra* de acordo com a lei religiosa, qualquer um que o condenasse à morte não estaria cometendo o que era *nefas*. Em nenhum sentido que fosse, ele poderia ser pensado como uma vítima sacrificial; se ele houvesse sido, certamente teria sido *nefas* a qualquer um, senão um magistrado ou sacerdote, ou o assistente autorizado de tais oficiais, colocar as mãos nele. Vamos seguir um pouco mais esse ponto.

No ritual de sacrifício no altar, de acordo com o *ius divinum*, a vítima deve ser inteiramente aceitável à divindade; deve ser pura e perfeita, e sua passagem da região do *profanum* àquela do *sacrum* somente é consumada quando ela tiver sido morta, e suas entranhas examinadas para ver se elas apresentam qualquer falha que possa torná-la um presente indesejável ao deus. O *sacer homo*, por outro lado, era tornado ou declarado *sacer* pela comunidade ou suas autoridades, e seu abate, em qualquer forma que pudesse ocorrer, não pareceria ter qualquer coisa a ver com sua passagem do *profanum* ao *sacrum*. Novamente, todo sacrifício no altar era acompanhado de prece, tal como Plinius<sup>13</sup> expressamente nos conta (N. H. xxviii. 10)<sup>14</sup>, e a linguagem das preces mais antigas torna claro a crença de que a divindade era glorificada ou fortalecida pelo processo (por exemplo, *maete his suovetaurilibus esto*<sup>15</sup>); mas, no caso do *homo sacer*, uma tal ideia era inconcebível. Em suma, quem quer que, cuidadosamente, percorra o ritual de altar verá que ele é, em todos

os pontos, inteiramente inaplicável ao *homo sacer*. Isso explicará uma passagem de Festus<sup>16</sup> a qual parece ter confundido os advogados. “*Homo sacer is est quem populus iudicavit ob maleficium: neque fas est eum immolari, sed qui occidit parricidii non damnatur.*”<sup>17</sup> Aqui, Festus, ou melhor, Verrius Flaccus<sup>18</sup>, me parece simplesmente querer dizer: “nesse caso, não há controvérsia quanto ao sacrifício de altar, embora a palavra *sacer* possa levar alguém a assim concluir: qualquer um pode matar o *sacer homo*”. Assim, Lactantius<sup>19</sup>, com Varro<sup>20</sup> antes dele, escrevendo sobre os Argei<sup>21</sup>, que, supõe-se, foram, em algum momento, vítimas humanas, diz: “*non quidem ut homo ad aram immolaretur, sed uti in Tiberim de ponte Milvio mitteretur*”<sup>22</sup>.

E certamente não há registro de um *homo sacer* sendo assassinado no altar, ou assassinado com o machado, de modo algum. O derramamento de seu sangue, por qualquer razão, parece ser cuidadosamente evitado. O ladrão de colheitas é enforcado; o homem que havia sofrido *sacratio capitis et bonorum*<sup>23</sup> em tempos históricos poderia ser arremessado da rocha Tarpeia; o parricida, que deve ter sido *sacer*, embora não sejamos expressamente informados que era, sofria a horrível pena do saco e era jogado no mar. Assim também, a vestal culpada era enterrada viva. O único caso de uma vítima humana sendo abatida em um altar é aquele dos dois soldados amotinados, se tais eles foram, decapitados no Ara Martis no Campo de Marte, por ordem de Julius Caesar<sup>24</sup>, e suas cabeças fixadas na Régia: um estranho ritual, tão intimamente análogo àquele do sacrifício anual do cavalo de outubro que podemos supor ter sido uma imitação um tanto arbitrária deste rito. Por fim, no caso do *ver sacrum*,

ainda que se acreditasse que os animais tenham sido sacrificados no altar, os seres humanos foram mantidos até que estivessem crescidos e, então, eram conduzidos além da fronteira.

Até agora, então, a distinção entre o *homo sacer* e a vítima sacrificial parece clara. Mas, aqui, deparamo-nos com uma dificuldade em nosso argumento. Quando examinamos os registros das antigas regras da lei relativa ao *homo sacer*, descobrimos que, na maioria dos casos, ele é colocado em conexão com uma divindade ou divindades para quem ele poderia parecer “sacrificado”. Não, certamente, em todos os casos: Festus, s.v.<sup>25</sup> *Terminus*, conta-nos que Numa Pompilius “*statuit eum, qui terminum exarasset, et ipsum et boves sacros esse*”<sup>26</sup> sem qualquer referência clara a uma divindade *Terminus*. Assim também nas Doze Tábuas: “*Patronus si clienti fraudem fecerit sacer esto*”<sup>27</sup>; onde é somente a partir de um escritor grego que aprendemos que o homem deveria ser *sacer* “para” Júpiter, isto é, aparentemente Ζεὺς ὄριος<sup>28</sup>. Mas, do ladrão de colheitas é dito que “*suspensum Cereri necari iuebant*”<sup>29</sup>, embora deva ser notado que a palavra *sacer* não é aqui usada. O marido que vendeu sua esposa deveria ser sacrificado (se assim podemos traduzir θύεσθαι de Plutarco<sup>30</sup>) às divindades infernais: e, do filho que atacasse seu pai, estava escrito, “*divis parentum sacer estod*”<sup>31</sup>.

Notemos aqui que, com a exceção de Ceres<sup>32</sup>, são os *di inferi*<sup>33</sup> que são mencionados; e se pode razoavelmente supor que até mesmo Ceres foi, nesse contexto, originalmente *Tellus Mater*<sup>34</sup>, cujo lugar ela frequentemente usurpou em tempos históricos. Agora, estas são as divindades da *devotio*: Decius<sup>35</sup>, por exemplo, tendo sido tornado

*sacer* sob as instruções do pontífice (para que o processo possa ser explicado) e tendo invocado todos os deuses de Roma para ajudarem o Estado, terminou com as palavras “*ita pro re publica Quiritium, exercitu legionibus auxiliis populi Romani Quiritium legiones auxiliaque hostium mecum dis Manibus Tellurique devoveo*”<sup>36</sup>. Evidentemente, há alguma analogia ou conexão íntima entre o *devotio* e o *consecratio* do *sacer homo*: e, como a vítima autoimolada do *devotio* era um tipo de sacrifício vicário para toda a hoste, então talvez possamos inferir que o *sacer homo* era, em certo sentido, entregue às divindades infernais em expiação pelo mal que ele havia trazido à comunidade. Se é assim, a palavra *sacer* não deve aqui ser traduzida como “sagrado para”, mas como “amaldiçoado e devotado para”; e é por isso que ele é um proscrito e “sagrado” ou perigoso. Essas divindades infernais não tinham regulares sacrifícios de altar ordenados: se alguém desejasse satisfazê-las com uma vítima, aquele deveria amaldiçoá-lo e torná-lo *sacer* no velho sentido de “tabu”, e, então, abandoná-lo ao seu destino, como Decius correu para o meio do inimigo.

Se esse é o correto significado da palavra *sacer* em *sacer esto*, podemos, penso eu, relacioná-la ao antigo estágio no qual ela significava simplesmente “tabu”, sem referência a uma divindade; e vimos que parece que foi assim usada em uma ou duas leis antigas. Mas, com o crescimento do Estado e de sua lei religiosa, a ligação com uma divindade, expressa no caso dativo, tornou-se mais usual, embora essa divindade não pudesse, até então, ser uma daquelas para quem o sacrifício no altar era regularmente feito, nem pudesse a palavra *sacer* ser utilizada aqui

quanto ao criminoso no mesmo sentido no qual era usada quanto à verdadeira vítima sacrificial. Novamente, mais tarde, porém, encontramos casos em que um homem que violasse a *lex sacra*, particularmente aquela que tornasse *tribunus plebis sacrosanct*<sup>37</sup>, era declarado *sacer Iovi* e sua *familia* deveria ser vendida no templo (plebeu) de Ceres Liber Libera<sup>38</sup>. Eu tomo isso como sendo ainda o velho sentido da palavra: o homem é, por assim dizer, tabu, e qualquer um pode matá-lo, por exemplo, arremessando-o da rocha Tarpeia; e esse era, provavelmente, o caso do homem “*qui regni occupandi consilia iniisset*”<sup>39</sup>. Mas, a menção da deidade celestial no dativo é uma novidade, e estritamente falando, uma anomalia. Júpiter, nesse caso, era provavelmente a grande divindade do Capitólio, cujo culto estava especialmente conectado com a ideia de boa fé e aliança. Contudo, mesmo aqui, penso que seria mais seguro não falar da vítima como sendo “sacrificada a Júpiter”.

Se agora perguntarmos como o *homo sacer* vinha a ser declarado *sacer*, uma vez que ele não se tornava tal por qualquer ato sacrificial, nós talvez possamos ver três estágios do processo, correspondendo aos três principais períodos do desenvolvimento da sociedade romana. (1) No período do próprio tabu, antes do aparecimento do Estado e seu *ius divinum*, não temos, claro, qualquer evidência romana para nos ajudar; e talvez não possamos ir além de considerar isso uma declaração coletiva ou sociológica. Dr. Marett<sup>40</sup>, em quem um homem de Oxford naturalmente busca ajuda em tais questões, parece tornar isso o resultado da opinião pública entre selvagens, e a pena, em hipótese alguma, uma quantidade mensurável. *Sacer*

*esto* poderia ser o veredicto do grupo mais imediatamente afetado pelo crime, fosse pelo que os australianos chamam de “rosnado” ou pela voz de uma autoridade: mas, o que o grupo ou a autoridade era no Lácio não podemos ter certeza. (2) No período da cidade-estado primitiva e seu *ius divinum*, podemos supor que a autoridade declarante era o *rex*, auxiliado, sem dúvida, pelo *pontifices*: pois, em tempos históricos, era o colégio pontifical que declarava um ato *nefas*, ou um homem *impius*, e é uma inferência segura de que, nessa questão de lei religiosa, eram também eles os possuidores da fórmula final de *sacratio*. Do pontífice da era republicana, nós naturalmente nos referimos ao *Rex* do período anterior. (3) Sob a república, embora o pontífice pudesse ter possuído a fórmula necessária, há fortes evidências de que isso era precedido por um julgamento judicial. A passagem de Festus, citada no início deste texto, refere “*homo sacer is est quem populus iudicavit ob maleficium*”, e, sob as *sacratae leges*, podia-se certamente esperar alguma forma de julgamento. Mommsen<sup>41</sup>, portanto, presume que eram sempre necessários um julgamento e um pronunciamento magistral.

Para resumir o que foi dito: a relação entre uma divindade ou *numen*<sup>42</sup> e qualquer objeto posto em conexão com ela pode sempre ser indicada pela palavra *sacer*, mas essa relação nem sempre é do mesmo tipo. Originalmente, a palavra pode ter significado simplesmente *tabu*, isto é, removido da região do *profanum*, sem qualquer especial referência a uma divindade, mas “sagrada” ou amaldiçoada, de acordo com as circunstâncias. Naturalmente, essa palavra foi tomada pelos legisladores de um *ius divinum* para expressar aquilo que é consagrado ou sacrificado a

uma divindade, enquanto a ideia de *numina* benevolente, com habitações dentro da cidade em locais particulares, gradualmente se desenvolveu: por isso, a ideia prevalente do mundo, por toda a literatura romana, não é algo sinistro, mas, ao invés, é uma ideia que sugere uma relação feliz (*pax*) entre os romanos e seus deuses. No entanto, o significado mais antigo de tabu, no sentido de amaldiçoado, não pôde ser esquecido ou extinto; e ele ficou retido em outro departamento do *ius divinum* para o criminoso que fosse deixado às divindades infernais, ou seus agentes, para ser descartado, e, mais tarde novamente, para o homem cujas *caput* e *bona* fossem “consagradas” em tempos históricos. Mas, ao fim do período republicano, casos como esses eram raros, e o outro e mais puro significado de *sacer* tinha vindo a prevalecer tão inteiramente que, como disse Aelius Gallus, tornou-se confuso a muitos romanos que um objeto chamado *sacer* podia ser violado com impunidade.

---

1 Marcus Verrius Flaccus (c. 55 a.C. – 20 d.C.).

2 Marcus Tullius Cicero (106 a.C. – 43 a.C.).

3 Provavelmente, C.? Aelius Gallus, jurista. Não confundir com Gaius Aelius Gallus, governador do Egito entre 26 e 24 a.C.

4 “Gallus Aelius disse que era sagrado (*sacrum*) tudo aquilo que foi consagrado por procedimento do, ou instituído pelo Estado (*instituto civitatis*, isto é, pela comunidade dos cidadãos), seja um templo, um altar, uma estátua, um lugar, dinheiro ou qualquer coisa que fosse dedicada e consagrada aos deuses: porém, aquilo que fosse privado de sua causa (razão) religiosa ou das coisas dedicadas ao deus, isso os pontífices Romanos não consideravam sagrado”.

5 Numa Pompilius (753 – 673 a.C.).

6 Templo, santuário.

7 Altar.

8 Cuidado, administração.

9 Macrobius Ambrosius Theodosius (? – ?).

10 Gaius Trebatius Testa (c. 89 a.C. – c. 4 d.C.).

11 “Neste ponto da explicação, não é impróprio tratar acerca da condição daqueles homens que passaram a ser consagrados a deuses específicos de acordo com as leis, pois não ignoro que possa parecer espantoso que, uma vez que é crime digno de morte violar quaisquer lugares sagrados, a lei determina matar o homem *sacrum*”. Nesta passagem, há ambiguidade do significado de *hominem sacrum* quanto a duas interpretações diferentes: seria o *hominem sacrum* aquele que violou o espaço sagrado e, portanto, um homem sacrílego, ou seria ele justamente o homem já consagrado a um deus específico por disposição do Estado? A sequência do texto de Fowler aponta para a primeira interpretação.

12 Antigo Testamento.

13 Gaius Plinius Secundus (23 d.C. – 79 d.C.).

14 Fowler refere-se à enciclopédia de Plinius, *Naturalis Historia*. No entanto, a referência correta é: livro xxviii, capítulo 3.

15 Não foi encontrada tradução para esta expressão.

16 Sextus Pompeius Festus (aprox. séc. II d.C.).

17 “O homem *sacer* é aquele que o povo julgou por malefício (isto é, culpado): não é legítimo (ou seja, não é legal) sacrificá-lo; mas quem o matar não será condenado por parricídio”. Preferimos manter a palavra *sacer* em latim, uma vez que o autor ainda não a definiu como sendo referente a um homem sagrado ou a um homem sacrificial.

18 Festus epitomou os trabalhos de Verrius Flaccus em *De Verborum Significatu*.

19 Lucius Caecilius Firmianus Lactantius (c. 250 – c. 325).

20 Marcus Terentius Varro (116 a.C. – 27 a.C.).

21 *Argei* designava dois elementos de uma arcaica cerimônia religiosa romana. Nela, uma procissão de pontífices, vestais e pretores passava por vinte e sete santuários e recolhia effgies de palha, que eram lançadas no Rio Tibre da Ponte Sublícia.

22 “Certamente não é preciso que o homem seja sacrificado no altar, mas pode ser atirado da ponte Milvius ao rio Tibre”.

23 “o sacrifício da cabeça e dos bens”. Isto é, ele poderia ser morto impunemente por qualquer um e seus bens serem consagrados à divindade.

24 Gaius Julius Caesar (100 a.C. – 44 a.C.).

25 Abreviação de *sub voce* ou *sub verbo*, utilizada para indicar onde está a entrada sobre a qual se fala ou para a qual se remete.

26 A passagem inteira é “*Termino sacra faciebant, quod in eius tutela fines agrorum esse putabant. Denique Numa Pompilius, statuit, eum, qui terminum exarasset, et ipsum et boves sacros esse*”. “Faziam sacrifícios a Terminus, pois acreditavam ser de sua responsabilidade o cuidado com os limites dos campos. Então Numa Pompilius consagrou-o (provavelmente este *eum/o* refere-se ao deus Terminus), por definir o limite (o término) das terras, juntamente com os bois e consigo mesmo”. Comparando o trecho original com o uso que Fowler faz dele, parece contraditório o autor afirmar que não há qualquer referência clara a um deus chamado Terminus, uma vez que este aparece



como o destinatário dos sacrifícios.

27 “Que o patrono, caso tenha cometido fraude ao seu cliente, seja sacrificado”.

28 Zeus (protetor) das fronteiras (um dos apodos de Zeus).

29 “ordenavam enforcá-lo em honra a deusa Ceres”.

30 Lucius Mestrius Plutarchus [Λούκιος Μέστριος Πλούταρχος] (46 d.C. – 120 d.C.).

31 “deve ser sacrificado em honra aos deuses dos seus pais”. A partir daqui, a associação de leituras do autor remete cada vez mais ao sentido sacrificial da palavra *sacer*.

32 Deusa romana da agricultura, equivalente à grega Deméter.

33 Literalmente, os deuses debaixo; coletivo sombrio de antigas deidades romanas associadas com a morte e o submundo.

34 Mãe-Terra.

35 Publius Decius Mus (cônsul romano em 340 a.C.).

36 “Assim, pela República do povo romano, pelo exército, pelas legiões e pelas tropas auxiliares do povo romano, consagro aos deuses dos Manes e à deusa Terra a mim mesmo, juntamente com as legiões e os auxiliares do inimigo”.

37 Tribuno da plebe inviolável.

38 A deusa Ceres e seus filhos, Liber (Dionísio) e Libera (Perséfone), compunham a Tríade Aventina e compartilhavam o mesmo templo.

39 “que planejasse ocupar o reino”. A passagem também pode ser entendida como “que planejasse ocupar o reino, proclamando-se rei (Titus Livius. *Ab Vrbe Condita*. Liber II, 8)”. Curiosamente, é possível que tenha sido esse o artigo penal responsável pela condenação de Jesus Cristo.

40 Robert Ranulph Marett (1866 – 1943); *The Threshold of Religion* (1909).

41 Christian Matthias Theodor Mommsen (1817 – 1903); *Römisches Strafrecht* (1899).

42 Espírito, deus pagão, ser divino.

**William Warde Fowler** (1847 – 1921) foi historiador e ornitólogo inglês, conhecido por seus trabalhos sobre a religião romana antiga. Autor de *Julius Caesar and the Foundation of the Roman Imperial System* (1892); *The City-State of the Greeks and Romans: A Survey, Introductory to the Study of Ancient History* (1893); *Study of a Typical Mediaeval Village* (1895); *The Roman Festivals of the Period of the Republic* (1899); *Social Life at Rome in the Age of Cicero* (1908); *Rome* (1912); *Roman Ideas of Deity in the Last Century Before the Christian Era* (1914); *Roman Essays and Interpretations* (1920). O artigo *O significado original da palavra Sacer* foi publicado em *The Journal of Roman Studies*, v. 1 (1911), e reaparece na compilação de 1920.

A vida é um incêndio  
cheio de café e fúria

O CAFÉ E FÚRIA tem como objeto a discussão da questão da violência e dos diversos fenômenos em que ela se manifesta. O projeto nasceu em 2014, no formato de podcast gravado nos cafés da Cidade Baixa, em Porto Alegre, e, no ano seguinte, virou um programa de rádio semanal, transmitido pela MINIMA.FM. A partir de agora, o CAFÉ E FÚRIA assume um novo compromisso: selecionar textos clássicos e contemporâneos, e disponibilizá-los de forma ampla e acessível. Mais informações sobre o projeto podem ser encontradas em: **[www.cafeefuria.com](http://www.cafeefuria.com)**